

CADERNO DISCENTE ESUDA

Volume 4, Número, 1

Na derrocada da cana-de-açúcar, o surgimento do Nordeste: literatura, cultura e fome

Kétura de Souza Lins¹
André Luiz de Miranda Martins²

RESUMO

A construção do Brasil que conhecemos em 2016 nem sempre foram bem definidas as grandes regiões. O conceito das divisões que nos são comuns, no Século XX eram motivos de debates políticos acalorados e inúmeras teses que abrangiam tanto o regionalismo histórico como o regionalismo natural. O Brasil durante todo o Século XX foi tido como um país de duas regiões, uma compreendida como área nobre. E outra portadora de um contraste brutal com a primeira, sendo pobre, seca, formada por uma população de baixo desenvolvimento intelectual e físico. O regionalismo histórico encabeçado principalmente por Gilberto Freire teoriza que o surgimento do Nordeste é proveniente das relações sociais e culturais. Como desta grande região surgiu o Nordeste, que relatos possuímos que nos permita contrapor que a região nordeste não existe apenas como uma demarcação em termos geográficos? Embora muito se discuta qual das ideologias produziu e construiu o Nordeste, mas este é fruto da manutenção da ideologia dos dominantes, sejam estes intelectuais, latifundiários ou políticos e de seus discursos.

Palavras-Chave: Análise de Discurso. Nordeste. Regionalismo.

¹Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro do Agreste, Caruaru-PE.
keturaketura@hotmail.com

²Orientador Prof. Dr. Associado a Universidade Federal de Pernambuco – Centro do Agreste.

1 INTRODUÇÃO

Desde a infância aprendemos a nos localizar no espaço, nos são demonstrados os pontos cardeais, o que é a nossa direita e a nossa esquerda, e com o galgar dos anos na escola, passamos a conhecer subdivisões cada vez menores dessas formas de localização. O nordeste brasileiro assim é chamado devido a sua localização no globo terrestre, bem como a sua posição dentro dos limites do país. Contanto, existe um outro Nordeste brasileiro, e este existe a propósito do imaginário popular, das políticas públicas, do clima, e principalmente da construção realizada por intelectuais, políticos e detentores do poder econômico diretamente ligados a cultura da cana-de-açúcar, em especial no Estado de Pernambuco.

Na construção do Brasil que conhecemos em 2016 nem sempre foram bem definidas as grandes regiões. O conceito das divisões que nos são comuns, no Século XX eram motivos de debates políticos acalorados e inúmeras teses que abrangiam tanto o regionalismo histórico como o regionalismo natural.

Apesar de tantos debates, o Brasil durante todo o Século XX foi tido como um país de duas regiões, uma compreendida como área nobre, com desenvolvimento econômico, população superior intelectual e fisicamente e que seria a razão de existir do país, onde o desenvolvimento era natural devido a sua formação de ascendência europeia. E outra portadora de um contraste brutal com a primeira, sendo pobre, seca, formada por uma população de baixo desenvolvimento intelectual e físico, uma região de seres subnutridos, disformes, com caráter duvidoso, região de fanáticos religiosos e onde o banditismo imperava. Sendo aquela o Sul brasileiro e esta, o seu Norte.

O Norte brasileiro compreendia os Estados do norte, nordeste (excluindo a Bahia) e uma porção do centro-oeste brasileiro atual, este último mais por sua pouca demografia, do que propriamente por sua compilação populacional. Esta vasta região com grande variedade de clima, vegetação, relações sociais e população, era tida como homogênea sendo sinônimo de atraso e pobreza, como a região que não permitia o pleno desenvolvimento nacional, se o Brasil não estava entre os protagonistas mundiais, isto se devia ao Norte. O pobre, o ignorante, o preguiçoso, o bandido, a escória da nação, era o chamado Nortista.

Como desta grande região surgiu o Nordeste, que relatos possuímos que nos permita contrapor que a região nordeste não existe apenas como uma demarcação em termos geográficos?

O regionalismo histórico encabeçado principalmente por Gilberto Freire teoriza que o surgimento do Nordeste é proveniente das relações sociais e culturais, e que este surgimento é uma construção desde os idos do descobrimento do Brasil e sua colonização. A cultura nordestina, a tradição, o folclore, são a base para a definição da região Nordeste, bem como os senhores de engenhos e os coronéis.

Já para os naturalistas a região Nordeste é definida por seu clima, vegetação e ciclo de chuvas. Ou seja, para os naturalistas o Nordeste brasileiro já estava delimitado desde antes da colonização. E esta seria a região caracterizada por um clima quente semiárido, com vegetação de caatinga e com períodos de secas prolongados.

Não é preciso um esforço muito grande de pesquisa para verificar algumas distorções nestas duas teorias, pois quando se pesquisa a cultura, folclore, tradição e personagens históricos na atual região Nordeste brasileira, nota-se uma discrepância dentre os nove Estados Federados pertencentes à mesma, e quando se remonta ao clima, vegetação e regime de chuvas, temos o mesmo resultado.

Este estudo tem por objetivo, compreender como se deu esta construção, quais os fatores primordiais que influíram para pensarmos o Nordeste da forma como pensamos hoje, de que forma a monocultura da cana-de-açúcar contribuiu para que a ideia de Nordeste fosse fomentada e o que esta monocultura promoveu social e economicamente na região. As fontes usadas serão bibliográficas, mesclando estudos acadêmicos, literatura, e as mais diversas mídias, de forma a tecer o Nordeste construído através de várias vertentes, em uma única narrativa.

2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo do ser humano e das suas relações sociais desde o iluminismo tem sido tema recorrente nas diversas ciências, sejam estas naturais, sociais ou humanas. A sociedade e os fatos sociais se tornam o 'objeto' de estudo de forma metodológica através de Durkheim, que procurou demonstrar que os fatos sociais são exteriores ao indivíduo, sendo suas formas de agir, pensar e sentir. Por serem exteriores ao indivíduo estes fatos sociais podem ser estudados como 'coisas' e

formam uma realidade específica, não sendo esta realidade uma junção apenas de indivíduos, mas, uma associação de consciências coletivas alinhadas de uma determinada maneira.

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à media dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chama-lo de *consciência coletiva* ou *comum*. Sem dúvida ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. (DURKHEIM, 1995).

Em contraponto para Weber o objeto da Sociologia pode ser visto como o sentido da ação individual, devendo ser estudado a partir da mente humana, tendo como método a compreensão. O ser humano desta forma, não é passivo junto à coletividade e a natureza, existindo o alinhamento das consciências coletivas com base nas relações de poder, onde o indivíduo tem condição de impor sua vontade aos outros. Portanto para se estudar e conhecer um fenômeno social é necessário entender os nexos causais e a motivação que dá a ação social o sentido.

Desta forma, mesmo com visões diferenciadas no tocante ao objeto de estudo da sociologia, os autores citados, garantem a validade e viabilidade do estudo do ser humano, não apenas como um ser biológico e racional, mas, principalmente como um ser que só existe em sociedade, e que a sua definição como indivíduo se baseia mais no meio onde está inserido, do que na carga genética que possui. A composição da sociedade com suas tradições, ritos, simbolismos, cultura, ética e moral, garante ao indivíduo si afirmar como único e coletivo.

A partir da década de 1970, houve uma reciclagem nos meios acadêmicos, nas formas de estudos da sociedade, da história, e das relações humanas em todo mundo, fato este que inclinou também estudiosos brasileiros a retirar a cultura nacional do limbo acadêmico no qual estava inserida, “A cultura saiu do campo do excêntrico e marginal para se firmar como um elemento importante de reconhecimento das sociedades.” (ROSTOLDO, 2014). A produção cultural de uma região pode ser considerada como a voz e imagem, das suas esperanças, conflitos, vontades. Pode-se assimilar o pensamento vigente em um determinado período, analisando as expressões culturais existentes. Através da música, teatro, literatura, cinema, tradições culturais, enxerga-se o que forma uma sociedade.

Embora, se saiba que a cultura e os movimentos sociais são reflexos da sociedade, é necessário cuidado ao analisar e tentar compreender os sistemas políticos e sociais de um povo através destes, para Sharpe pode-se incorrer no erro das generalizações ou tornar relações complexas em simples, baseado em casos isolados. Quando se investiga uma sociedade a partir de seus atores menores, a saber, o povo, pode-se transferir muito da subjetividade do investigador. É preciso conseguir também, como nos mostra Williams, separar o que é nostalgia do ator nas suas falas e expressões culturais, do que é realidade. Pois os atores sociais muitas vezes transformam a realidade passada em uma utopia do passado perfeito.

As relações de poder só existem quando o indivíduo estabelece relações com outros indivíduos, quanto maior o número de indivíduos nesta relação mais complexa se torna esta relação social. Quando existem dois indivíduos em uma relação social o arranjo pode ser de um dominado e um dominador, mas, em sociedade, ou seja, muitos indivíduos interagindo socialmente são identificadas diversas fontes de poder, muito além da oposição entre dominador e dominado.

O poder tem intrínseco envolvimento com as relações humanas. Para que haja poder há a necessidade do consentimento dos dominados, caso contrário o poder não encontraria alvo, se não houvesse quem aceitasse ser dominado, numa relação clara da localidade do poder. Como teorizou Gramsci, a hegemonia é maneira ou mecanismo pelo qual um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio.

Outro fator preponderante para que existam relações de poder é encontrado nos escritos de Weber que teoriza as formas de legitimação do poder e dominação: a justificação de um poder de mando pode expressar-se num sistema de regras racionais estatuídas, que encontram obediência quando a pessoa por ela autorizada a exige, ou seja, as leis orientadas pelos homens esculpem os comportamentos individuais, dominando certas atitudes consideradas a margem do interesse social, esta é a forma de dominação burocrática. Existe também a dominação tradicional que é realizada via autoridade pessoal, esta encontra a justificação na tradição, no habitual, no respeito e no decoro. O autor chancela mais um tipo de legitimação a chamada dominação carismática que é justificada através dos afetos, da crença, do carisma, da simpatia, legitimidade conferida a determinadas pessoas. Estas situações são “tipos fundamentais puros” da dominação, podendo existir

combinação, adaptação e mistura, que refletiriam deste modo as formas que encontramos na realidade histórica.

Outra forma de se perceber a formação do poder e dominação é através do conceito de classes teorizado por Marx e Engels onde as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, ou seja, a classe dominante é a detentora do poder e em si legitimada, pois, é a força material dominante da sociedade e ao mesmo tempo sua “força espiritual”, pois as ideias da classe dominante se transformam em ideias de toda a sociedade. Então embora seja uma outra forma de se olhar a dominação, esta teoria se harmoniza com os conceitos de legitimidade e hegemonia, dos autores anteriormente citados.

Dito isto, se verifica a existência de uma bibliografia que aborda não só a metodologia do estudo da sociedade, como também o uso das produções culturais nas investigações da formação e expressões de uma sociedade, bem como as relações de poder afetam a construção da *consciência coletiva*, criando e destruindo conceitos de acordo com a necessidade dos dominantes manterem seu *status quo*.

3 “NORDESTE”

O Brasil foi colonizado a partir da região Nordeste, desde a mais tenra infância aprendemos que Pedro Alvares Cabral desembarca nas terras da Bahia, e transforma a terra nativa e selvagem em uma terra civilizada, extensão da Europa nas Américas. Que confusão não se dá nas cabeças das nossas crianças então quando celebramos o indígena, a sua cultura, tradições e sua qualidade de primeiro habitante destas terras, e quando posteriormente celebramos o dia da consciência negra, lembrando os escravos trazidos forçadamente da África para estas terras. Como exaltar ao mesmo tempo o colonizador, o colono, e o escravizado? Será que através dessas referências conseguimos descobrir como surge o conceito de Nordeste que possuímos hoje?

A construção de acontecimentos históricos tem dessas facetas, muito se diz que a ‘história é escrita pelos vencedores’, no embate pela autoria do conceito do Nordeste, houve três atores principais, que embora com conceitos distintos e construções históricas distintas, contribuíram com a miscelânea de entendimento do Nordeste que temos hoje, não houve derrotados, nem vencedores para contar a história.

Nos primórdios da colonização do Brasil a principal parte ocupada foi à faixa litorânea do que é hoje conhecido por Nordeste brasileiro. Com a implementação dos latifúndios do açúcar, houve a necessidade da busca por novas terras produtivas e de uma terra para existência de pecuária, desta forma, o colonizador teve que 'aventura-se' em busca de novos territórios, passando a adentra-se ao interior brasileiro. Este interior do Brasil foi chamado de 'Sertão', pois a população ali existente era composta apenas por indígenas, homens bárbaros, para os 'civilizados' colonizadores.

Ao denominar o interior do nordeste de Sertão, ou Desertão, e não considerar ou dar conta da população existente, os desbravadores tinham a liberdade de praticar quaisquer atos, por mais rudes ou cruéis que pudessem parecer, em nome de 'civilizar' o Sertão brasileiro. Surgiu desta forma, a concepção de que os Sertões eram lugares perigosos, povoado por bandidos e amorais.

a. Economia e Sociedade

As relações socioeconômicas no Nordeste brasileiro, pouco evoluíram nos quinhentos anos desde o início da colonização, uma sociedade hierarquizada verticalmente sempre foi a marca desta sociedade, além de um paternalismo institucional, e social preponderante em todas as esferas sociais.

A conquista de terras extremamente férteis, para produção de açúcar em Pernambuco rendeu à Portugal grandes lucros e, aos habitantes pobres, fome e miséria. Isso porque, a monocultura, sistema escolhido para aumentar os lucros, exigia abundância de terra, e mão-de-obra barata. A destruição da diversidade da vegetação, bem como a impossibilidade de diversificação nas plantações, para a implementação da monocultura de cana-de-açúcar, gerava fome, além de transformar a alimentação dos habitantes da região em uma alimentação monótona como denominava o autor Josué de Castro.

Durante os dois primeiros séculos da colonização, aí se plantou cana e enraizou-se a dominação portuguesa. As moendas esmagaram a cana, retiraram-lhe o sumo e transformaram-no em doce açúcar. Mas o engenho representou também o esmagamento, o total aproveitamento da força de trabalho do negro escravo, trabalho convertido em capital originário, alavanca do moderno capitalismo (FERLINI, 1998).

Essa sociedade açucareira, que Dabat chamou de bipolar, onde havia o senhor, dono de tudo e senhor de todos, inclusive dos homens pobres livres, e os escravos, que eram "coisas", e dessa forma, não desfrutavam de direito algum, nem

direito sobre a sua própria vida, moldou a nação brasileira. A filosofia dos senhores de engenho que Carvalho denomina “o que parece é”, é um dos principais traços da civilização do açúcar, na qual o senhor de engenho e sua família, ostentam ao máximo, em cada detalhe, a imagem do senhor de engenho é sinônimo de poder, riqueza e autoridade.

As convenções sociais o tornam uma figura repleta de contradições. Grande anfitrião mostra-se generoso com seus hóspedes. Um protetor dos desvalidos, seu patriarcalismo, o tornava senhor até de homens livres. Estes últimos, estando presos ao senhor de engenho por laços de gratidão e medo.

Muitos dos problemas enfrentados no Nordeste, principalmente na região onde prosperou o cultivo da cana-de-açúcar, como é o caso do Estado de Pernambuco, são provenientes deste paternalismo. A dependência da maioria dos trabalhadores rurais advêm das anteriores relações trabalhistas, iniciando-se estas relações com o trabalho servil, passando para a relação de moradia e posteriormente ao trabalhador autônomo, mas tão dependente quanto nas relações anteriores. Este paternalismo perpetuou várias distorções sociais, em especial, a exploração da terra e do homem. Já que o mal de ser escravo, só se compara com o mal de ser senhor. Assim a cana deixa não só o homem doente pela falta de nutrição adequada, devido a sua autofagia, mas também, adoece toda a sociedade pela continuação de ciclos de explorados e exploradores, que se arrasta de senhores de engenho, para usineiros e, de escravos para moradores.

Essas relações de trabalho, profundamente marcadas pela herança escravista, mantiveram-se sob o formato da ‘morada’ garantindo aos plantadores a permanência dos canavieiros no local de trabalho. A categoria compreendia doravante a maioria dos trabalhadores nas plantações de senhores de engenho e usineiros. (DABAT, 2007).

Com a abolição surge a necessidade de fixar a mão-de-obra, sem que isso seja dispendioso aos proprietários de terra, para tanto, o sistema de moradia foi estabelecido. A moradia muito se parecia com a senzala, com infraestrutura precária e, condições sanitárias terríveis, os programas sociais do governo não eram acessíveis e, tampouco as vacinas. Com a finalidade de pagar o menor salário monetário possível, os usineiros ofereciam a moradia e, a chamada “brecha camponesa”. Esta última era a produção de alimentos em terras cedidas, onde o cultivo se daria nos dias de folga do morador.

Desde então já havia uma forte ligação entre a classe dominante e o Estado. O Estado era empreendedor e, a legislação pós-independência, consolidou o monopólio das terras. Com a alta concentração de terras, a disponibilidade de mão-de-obra também aumenta, pois, a população rural não dispõe de outra forma de sobreviver a não ser trabalhar para os grandes latifundiários. Acontecendo assim, a perpetuação da herança escravista no trabalho rural em Pernambuco.

A deplorável situação dos trabalhadores rurais servia como argumento para os usineiros, que conseguiam mais e mais dinheiro do Estado. Como reflexo da filosofia do senhor de engenho, os usineiros consideram símbolo de prosperidade, a aglutinação de terras. Essa concentração fundiária crescente aumenta os lucros e as facilidades de crédito, e o Estado cumpre seu papel de fiador dos usineiros. Com o passar do tempo, os usineiros diversificam seus investimentos e, perpetuam a concentração de renda.

Com a malha rodoviária, os trabalhadores tornam-se itinerante, culminando na proletarização do trabalhador rural, cuja presença constante já não se fazia necessária. A soma de fatores como a alta taxa de analfabetismo e, a concentração de terras, deixava os trabalhadores rurais sem alternativas empregatícias, restando-lhe somente a favela rural. Culminando em um processo de empobrecimento do trabalhador rural que desassistido pelo Estado, perdia a complementação do seu salário deplorável.

As relações de moradia, portanto, enquanto foram convenientes aos senhores proprietários da terra foram mantidas como forma de manter mão-de-obra barata, tão ou mais dependente de quando escrava, já que a cana-de-açúcar ocupava a maior parte da área cultivada, e pouca terra restante pertencia aos grandes latifundiários.

Estas relações estão presentes no livro de José Lins do Rego, onde encontramos como os três personagens principais, o morador, o dono do engenho e o jagunço. Personagens preponderantes também nas relações sociais vividas no Nordeste açucareiro.

b. Princípio das Relações Sociais no Nordeste

Com a introdução da monocultura do açúcar no século XVI no Nordeste brasileiro foi imposto o trabalho escravo, como mão-de-obra barata e a forma de

latifúndio como característica da ocupação do Brasil colônia. Graças ao desenvolvimento da lavoura de cana e fabricação do açúcar no solo fértil do nordeste, a colônia, passou a ser fundamental ao império português. Figurado no engenho, o complexo socioeconômico colonial sendo o Senhor de engenho o 'aristocrata' deste sistema.

A localização do engenho se dava às margens de rios e riachos. Isso, tanto porque a maioria dos engenhos era movida a água, como também, por ser uma forma de incrementar a dieta, do Senhor de engenho e de sua família, com alimentos marinhos. Posto que a cana ocupava as melhores terras, sendo os alimentos vendidos a altos preços, o que sujeitava os pobres e os escravos a fome como companheira durante toda vida colonial. Assim se fundamentou a base social nordestina, desde o Brasil colônia até meados do século XX, com fortes resquícios desta estrutura social ainda nos dias de hoje, segunda década do século XXI.

O escravismo do mundo dos senhores do açúcar foi elemento da história da gênese do capitalismo, mas este não foi seu referencial ideológico. A sociedade nascida no Nordeste açucareiro transcendeu sua finalidade puramente mercantil e constituiu-se, com seus próprios valores, na "civilização do açúcar". (FERLINI, 1998, p.09).

O homem mais poderoso desta aristocracia rural é o Senhor de engenho. Dono de tudo, e senhor de todos. O objetivo deste fidalgo do açúcar ia muito além dos lucros. Vivia uma filosofia, presa às aparências. Dessa forma, a imagem do senhor de engenho é sinônimo de poder, riqueza e autoridade, seu patriarcalismo, torna-se característica da sociedade açucareira e as convenções sociais tornam-no uma figura repleta de contradições.

Grande anfitrião mostra-se generoso com seus hóspedes. Um protetor dos desvalidos, seu patriarcalismo, o tornava senhor até de homens livres. Estes últimos, estavam presos ao senhor de engenho por laços de gratidão e medo. Este mostrava grande preocupação, pela vida e saúde de sua parentela. Reiterando, sua responsabilidade patriarcal. Entretanto no núcleo familiar, esposa e filhos, era simplesmente tirano. Determinava-lhes o que era permitido e proibido. Onde a desobediência, seria rigorosamente punida. Sua relação familiar, é comparada à sua administração do engenho. Onde sua presença, transmitia receio de punições.

Na sociedade, representava um homem abastado. Ostentava em todos os seus atos. Desde seus moveis, nada confortáveis, mas, verdadeiras obras de arte,

passando por cada objeto, que por ele seria utilizado. Em cada uma das suas atitudes, transmitia sua posição de homem rico, poderoso e influente. Assim vivia um senhor de engenho: ostentando. As joias compunham esse personagem. Estas, não eram tidas, pelo senhor de engenho, como reserva. Mas sim, como carta de crédito. Pois, esbanjar joias, trazia à família grande prestígio. Que por sua vez prestígio era sinônimo de crédito. Esse raciocínio, explica a preocupação demasiada com as aparências. Outro exemplo, seriam as grandes festas, sempre eram custeadas pelo senhor de engenho. Cujas imponentes, não podia variar pelo custo de vida. Magníficas festas, rendiam ao senhor de engenho, prestígio político, posição de domínio econômico, influência e crédito.

No engenho não existiam os três fatores de produção considerados normalmente pela teoria econômica – terra, capital e trabalho, pois cada escravo era um bem capital, uma simples máquina de produzir. (CARVALHO, 1988, p.29).

Em relação aos escravos, o senhor de engenho mantinha sua imagem de severo. Até os mais benevolentes, pediam que a filha, intercedesse publicamente pelos escravos, com a finalidade de não demonstrar benevolência. Acreditavam que se fosse diferente, proliferaria a indisciplina, que seria a ruína do engenho. Na ótica do senhor de engenho, escravo era igual a boi. Ambos, insumos necessários à produção do açúcar. Celso Furtado expressou esse pensamento, referir-se ao escravo como ‘gado humano’. Os escravos eram uma máquina de trabalho. Por ser uma máquina cara, o número de escravos auferia *status* de riqueza ao senhor. Aos escravos domésticos, eram destinadas roupas à europeia, situação bem diferente dos demais escravos, com a finalidade de conferir à casa grande mais sofisticação.

Todo e qualquer trabalho deveria ser feito por mãos de escravos. Devido a esse pensamento, o trabalho impregnou-se com a pior conotação possível. Essa máxima, que o trabalho é coisa de escravo, é uma das consequências do sistema escravocrata, a qual, Joaquim Nabuco considerou como degeneração do trabalho. Como efeito, negros e mestiços livres, preferiam à prostituição, ou mendicância a trabalhar.

O casamento entre escravos, embora raro, era possível. Geralmente essa união, era bem-vista, pois geraria filhos, para o senhor de engenho significava aumento da riqueza. Contudo, o casamento não retirava a condição de escrava da

negra. Assim o senhor continuava a servir-se sexualmente de seu objeto, sempre que queria. Desta situação, resultam filhos cuja paternidade seria sempre incerta, demonstrando que a vontade do senhor de engenho, se impunha até aos sacramentos da igreja. A estes casamentos, Ferline referiu-se, como ligações múltiplas e passageiras. Revelando que embora a religiosidade fosse um elemento forte e inegável à sociedade açucareira, figurou-se de forma artificial. E ainda, que nem ela, saiu ilesa da escravidão.

As missas dominicais, o custeio de reformas paroquiais, de folguedos, e especialmente, a imposição dos sacramentos, serviam para o senhor de engenho demonstrar sua religiosidade. Até aos negros, eram impostos os sacramentos, principalmente o batizado, obrigando-os a ter o cristianismo como religião oficial. Um catolicismo superficial, e mesclado às crenças africanas, foi o resultado desta imposição, classificado por Carvalho, como cristianismo projetado para o escravo. Ou fetichismo católico, é como Nabuco denomina essa distorção religiosa, cuja mistura de ritos, não passa de mais um mal que devemos à escravidão.

Mas a escravidão não só corrompe a religião, a família e os escravos, seus senhores também são oprimidos por ela. Uma ilustração disto, é o pânico, que o senhor sentia da morte. Temia, que pós-morte Deus o tratasse, como havia tratado seus escravos em vida. Movido por tamanho pavor, deixava esmolas, destinadas para os que fossem rezar por ele, clamando por santos intercessores.

Durante os dois primeiros séculos da colonização, aí se plantou cana e enraizou-se a dominação portuguesa. As moendas esmagaram a cana, retiraram-lhe o sumo e transformaram-no em doce açúcar. Mas o engenho representou também o esmagamento, o total aproveitamento da força de trabalho do negro escravo, trabalho convertido em capital originário, alavanca do moderno capitalismo. (FERLINI, 1998, p.28).

No final do século XVIII, o império açucareiro entrou em crise. Neste período, o café assumiu importância comercial. A economia cafeeira, como a açucareira, faz uso intensivo de mão de obra escrava, e do fator terra. Porém, a empresa cafeeira, diferencia-se de sua antecessora, por seus custos monetários ainda menores, e fundamentalmente, por sua classe dirigente. Cujas experiência comercial e, grande desenvoltura na manipulação do governo, faz desta, singular entre os demais grupos dominantes.

c) A cana-de-açúcar “antropofágica”

A derrocada dos tradicionais engenhos de cana-de-açúcar embora tenha se iniciado com o advento do café, teve seu golpe final com a entrada em cena das usinas, a concorrência com uma estrutura industrializada extinguiu o brilho e o brio dos engenhos de cana-de-açúcar. A revolução industrial trouxe a partir de meados do século XIX, a inovação à economia açucareira. Os mecanismos movidos a vapor aumentaram a produção e com isso conseguiam reduzir seus custos, foram implantadas usinas centrais que compravam a cana das regiões vizinhas transformando os senhores de engenho em apenas fornecedores de insumos.

A terra se tornou cada vez mais concentrada nas mãos dos usineiros, os quais na maioria das vezes foram financiados por estrangeiros algumas com capital aberto, fato este que levou a alguns dos ainda prósperos senhores de engenho a se tornarem cotista destes empreendimentos. A compra dessas ações foi essencial para o aceleração da derrocada dos engenhos, pois muitos dos senhores de engenho após esta compra, mudaram-se para as cidades, abandonando as casas-grandes e visitando as suas propriedades algumas vezes ao ano. Desta forma, ficando os engenhos, em sua maioria apenas fornecedores de cana, administrado por um terceiro, já que os filhos destes senhores, agora cidadãos, já não se enquadram na ruralidade.

O Estado por diversas vezes demonstrou a quem servia, a saber: os grandes empresários. Sua falta de assistência aos moradores e, sua generosidade com os usineiros, subsidiou a perpetuação dos problemas gerados pelo ópio de Pernambuco: a cana. A perpetuação de situações maléficas, quem era escravo, torna-se morador e, por fim, trabalhador itinerante, e respectivamente, quem outrora morava em senzalas, passa a morar em moradas e, depois em favelas rurais. Como também, a perpetuação do poder, senhor de engenho, usineiro e, empresário.

Assim, os dias dos grandes senhores feudais nordestinos aproximavam-se do fim. Embora, muitos dos grandes senhores tenham lutado com afinco contra a invasão da industrialização, terminaram por ver seu patrimônio desaparecer nas mãos do sistema financeiro, que acabava por se tornar dono da terra que pertencia há séculos a uma mesma família. José Lins do Rego, retrata esse processo e a luta desigual entre o fazendeiro tradicional e o gigante industrial, em seu livro *Fogo morto*, bem como o que resultou das relações sociais anteriores a era industrial ser instalada na zona açucareira.

A obra de José Lins do Rego trata do período da cana-de-açúcar partindo do seu auge, na segunda parte do livro, denominada O Engenho de seu Lula, onde o autor volta ao período de 1850, origem do engenho Santa Fé. Para posteriormente retratar um mundo em extinção, o cenário onde o próprio autor viveu sua infância. Entre as obras de José Lins do Rego que descrevem o nordeste da cana-de-açúcar, a mais descritiva da ruína dos engenhos é Fogo Morto, na qual o aponta para o final da produção nos engenhos. “Fogo Morto” é a expressão utilizada para engenhos que interromperam a sua atividade, em uma referência às fornalhas apagadas.

O romance mostra a vida do homem rural, o forte poder patriarcal nas relações sociais do nordeste, o coronelismo, a manipulação do governo e suas instituições, a violência seja ela perpetrada pela polícia, ou pelos jagunços e cangaceiros. Na primeira parte do livro aparece o personagem do mestre José Amaro em sua condição de morador do engenho e submetido ao poder dos coronéis e ao sistema patriarcal. Angustiado cada dia mais, pois, com o advento da mecanização e das cidades, o mesmo se ver compelido pelo senhor de engenho a deixar a terra onde mora de favor. Esta parte demonstra a relação entre o proprietário e o homem pobre do campo, morador de favor.

Na parte terceira do livro em questão, o processo de decadência do engenho Santa Fé é visível assim como a violência na sociedade, seja por parte da polícia, seja pela ação dos jagunços e dos cangaceiros. Estes últimos, apesar de não se subordinarem a os coronéis, mantêm com eles estreitos laços de lealdade.

Portanto, pode-se verificar que o romance de José Lins do Rego, traz consigo uma grande carga emocional, já que o mesmo contém o cenário e possíveis memórias do autor. Quanto à economia retratada na supracitada obra, bem como as relações sociais. Com o devido apoio de teóricos sobre a zona canavieira nordestina, pode-se concluir que o autor retrata a situação de dependência e insegurança vivida pelos moradores de favor nos engenhos.

Com a industrialização da produção do açúcar esses moradores são quase extintos passando a existir o trabalhador autônomo, geralmente vivendo na periferia das cidades da zona canavieira. A relação de dependência se perpetua, só que os trabalhadores não são mais trabalhadores servis ou com regime de semi-servidão, apenas devido à própria condição de vida que foi perpetuada pelo canavial, a saber,

analfabetismo, desnutrição entre outros tantos males, a sua dependência só se transportou para outro lugar. A “ponta de rua”.

Em fim, as consequências do cultivo de uma planta autofágica, foram além do objetivo mercantilista do lucro, formaram uma população doente, desnutrida, pobre e, analfabeta, cujo ciclo miserável, já difícil de ser rompido, ainda conta com o Estado para protegê-lo.

4 INSTITUCIONALIDADE

O lançamento do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha, introduziu na elite brasileira a vontade de criar uma Identidade Nacional, assim baseado em relatos de viajantes, e de alguns estudiosos que atravessaram o Sertão surge o conhecimento de uma faixa territorial brasileira, onde não havia chuvas regulares e que este fato levava a ser um território pouco ocupado e com uma baixa qualidade de vida dos seus habitantes.

Freyre junto com outros intelectuais para fazer frente a uma divisão e uma competição entre os Estados nordestinos, após a criação do Brasil como federação, e como tentativa de fortalecer o Nordeste no cenário nacional, frente a idéia de ‘paulistizar’ o Brasil, inaugura o regionalismo onde o mesmo destaca que o Nordeste, é um nordeste de uma cultura rica e farta, este nordeste não deve ceder a estrangeirismos e modificar sua estrutura social. Ou seja, o Nordeste de Freyre, é aquele dos engenhos rurais, uma sociedade patriarcal com um folclore imenso. Este Nordeste deve prevalecer ante a usinação da fabricação do açúcar, entre outras coisas. Freyre não aponta soluções para os problemas nordestinos, como as intempéries climáticas, nem como se minimizar a fome e a desigualdade no Brasil, sua maior preocupação é manter as ‘tradições’ vivas e atuantes no Nordeste.

Para De Castro o Nordeste passou de um local com características de se tornar um grande produtor de alimentos à penúria, devido à decisão dos colonizadores portugueses em escolher o sistema de monocultura, em especial a cana-de-açúcar, empobrecendo nutricionalmente a maior parcela da população, seja pela falta de gêneros alimentícios, seja pela pobreza nutricional dos poucos alimentos existentes.

De Castro demonstra que a demografia do Nordeste sofre alterações já que há um grande fluxo migratório para as cidades, em busca de se tentar escapar da mão pesada dos senhores do açúcar, e com isto forma-se uma população extremamente pobre e mal nutrida nas periferias das cidades da zona canavieira, especialmente na capital pernambucana, desta forma em busca do lucro imediato dos colonizadores, a faixa litorânea nordestina é um lugar de fome e miséria.

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e correu sobre este território (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Após aceitação deste conceito de Nordeste como um lugar de seca, fome e miséria, surge na própria população 'nordestina', ou melhor, nos seus latifundiários o ímpeto de levar alguma vantagem deste fato, cobrando do Governo recursos, ou seja, os grandes proprietários de terra usam a seca e a fome do nordestino para pressionar o governo 'paulista' em sua maioria por ajuda. Pois como se formou a imagem de um Sul em crescimento, 'rico', era uma obrigação desta região ajudar a região desolada pela seca.

Com a crescente diminuição da economia do açúcar e a crescente crise no setor algodoeiro, na região que iria ser denominada de Nordeste, os senhores detentores do poder local, usineiros, políticos, e até os comerciantes que dependiam dos grandes latifundiários na região, passaram a pressionar cada dia mais a União para subsidiar, financiar e socorrer a região 'tão sofrida' e vítima não apenas das intemperes do clima, mas também, da ganância, discriminação e esquecimento do governo federal. O vitimíssimo se tornou a reza dos representantes políticos, dos intelectuais locais e da imprensa, a seca, o povo morrendo de fome e sede, o gado morrendo em todos os cercados e "na terra que se plantando tudo dá".

O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Surge então o Nordeste institucional, baseado no conceito da seca e fome, onde foram criadas instituições para ajudar no combate as consequências da seca. Combate este que gerou mais desigualdade em um território já tão desigual, com

melhoramentos financiados pelo governo dentro das grandes propriedades, na forma da criação de açudes, sistemas de irrigação, perfuração de poços artesianos, dentre outras obras.

CONCLUSÕES

O Nordeste ‘inventado’, produzido e construído que conhecemos atualmente é fruto justamente da manutenção da ideologia dos dominantes, sejam estes intelectuais, latifundiários ou políticos. Embora muito se discuta qual das ideologias teve mais peso na formação do Nordeste, podemos afirmar que cada traço da sociedade nordestina, foi fomentado por esta miscelânea de pensamentos.

Pensar o Nordeste ainda é pensar o folclore, a fome, a seca, o homem iracundo,

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M. Registro e Representação do cotidiano: A música popular na aula de história. **Caderno Cedes**. Campinas: Unicamp, vol. 25, n.67, set/dez. 2005.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2009.
- ARENDT, H. **O que é política?** 4ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2003.
- BARROS, J. A. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Editora Vozes, Petrópolis: 2015.
- BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Autêntica, Belo Horizonte: 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2004.
- CARVALHO, Z. C. **Rosto e Mascara do Senhor de Engenho de Pernambuco (1822-1888)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1988.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**, 11ª Ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

DABAT, C. R. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios autores sociais.** Recife: ed. Universitária da UFPE, 2007.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social.** Martins Fontes: São Paulo, 1995.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.** 3ª Ed., Globo, São Paulo: 2001.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** Studio Nobel, São Paulo: 1995.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar.** 11ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísicas do poder.** Edições Graal, Rio de Janeiro: 1995.

FURTADO, J.P. A música popular brasileira dos anos 60 aos 90: apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e práticas sociais. **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História,** Assis: 1997.

FRANCO, G. H. B.; FARNAM, H W. **Shakespeare e a Economia.** [tradução do texto de Farnam por Pedro Maia Soares e dos trechos da obra de Shakespeare por Barbara Heliodora]. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2009.

GOHN, M.G.; **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** Loyola, São Paulo: 1995.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História.** 7ª Ed., Civilização Brasileira Rio de Janeiro: 1987.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos.** O breve século XX (1914-1991). Companhia das Letras, São Paulo: 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26ª edição, 14ª reimpressão. Companhia das Letras, São Paulo: 1995.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In **Fontes Históricas.** Carla Bassanezi Pinsky (organizadora) – 3ª Ed. Contexto, São Paulo: 2011.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Martin Clart, São Paulo: 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, São Paulo: 1999.

SCOVILLE, A.L.M.L. **Literatura das Secas: Ficção e História**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração de Estudos Literários, Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: **A Escrita da História: novas perspectivas**. Org. Peter Burke; tradução: Magda Lopes. 7ª Ed. Unesp, São Paulo: 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. Tradução: Rosaura Eichenberg. 5ª Ed. Companhia das Letras, São Paulo: 2011.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. Sociologia da Dominação. In **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal: 1999.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras, São Paulo: 2011.

Outras Fontes:

Fogo morto: violência e opressão no sertão coronelista:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php>, acesso em 10/09/2013.

O Amargo Sabor do Açúcar: personagens femininas em Fogo Morto, de José Lins do Rego http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1708/1/21659_ulfl071877_tm.pdf, acesso em 10/09/2013.